

Gustavo de Carvalho Guadanhin

PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA

**Uma análise dogmática e sua
aplicação nos delitos contra a
Administração Pública**

Curitiba
Juruá Editora
2018

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Capítulo 1 O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E O DIREITO PENAL	21
1.1 <i>MINIMA NON CURAT PRAETOR</i> : AS ORIGENS DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.....	21
1.2 PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E NORMATIVIDADE DOS PRINCÍPIOS	25
1.2.1 Princípios e Regras	26
1.2.2 Identificação de uma Norma como Sendo de Direito Fundamental.....	29
1.2.3 Princípio da Insignificância: Norma de Direito Fundamental Atribuída.....	31
1.2.3.1 A liberdade e a legalidade penal no Estado Democrático de Direito.....	32
1.2.3.2 O princípio da insignificância como corolário do princípio da ofensividade à luz do princípio da igualdade.....	41
1.3 PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NA POLÍTICA CRIMINAL.....	43
1.3.1 Hipertrofia Criminal e Conceito Material de Delito	43
1.3.2 Posturas Político-Criminais	47
1.3.3 Delitos Bagatelares e Institutos Processuais e de Direito Material.....	49
1.4 BAGATELA E PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA COMO DIREITO SUBJETIVO.....	52

Capítulo 2 O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NA DOGMÁTICA PENAL.....	55
2.1 SISTEMAS DE DIREITO PENAL.....	56
2.1.1 Modelo Clássico.....	57
2.1.2 Modelo Positivista.....	62
2.1.3 Modelo Neokantista	69
2.1.4 Modelo Finalista	73
2.1.5 Modelos Pós-Finalistas: Funcionalismo.....	78
2.2 SISTEMA TELEOLÓGICO-FUNCIONALISTA E PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA	89
 Capítulo 3 O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	 93
3.1 PANORAMA GERAL: ORIGENS E PARTICULARIDADES	93
3.2 NORMATIVIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	98
3.3 O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NA DOGMÁTICA JURÍDICO-PENAL BRASILEIRA	102
3.3.1 Escorço Histórico da Dogmática Jurídico-Penal Brasileira.....	103
3.3.2 Modelo Teleológico-Funcionalista: o Sistema Penal Integral	106
3.3.2.1 Norma penal como norma de determinação..	110
3.3.2.2 Esquema bipartido do delito	114
3.3.2.2.1 Norma de conduta e antijuridicidade	116
3.3.2.2.2 Norma de sanção e culpabilidade..	121
3.3.3 Princípio da Insignificância no Sistema Penal Integral	124
3.4 VANTAGENS DO MODELO PROPOSTO E SUPERACÃO DAS CRÍTICAS AO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA	126

Capítulo 4 O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NOS DELITOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	133
4.1 BEM JURÍDICO TUTELADO.....	133
4.1.1 Origens, Desenvolvimento e Funções do Conceito de Bem Jurídico	134
4.1.2 Administração Pública e Bem Jurídico: Tutela Penal Subsidiária	139
4.2 TUTELA PENAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	143
4.2.1 Critério de Classificação dos Delitos	143
4.2.2 “Administração Pública”: Alcance do Termo.....	144
4.2.3 Identificação dos Bens Jurídicos Tutelados	152
4.3 A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA: UMA ANÁLISE ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	158
4.3.1 Delitos Praticados por Funcionário Público.....	159
4.3.2 Delitos Praticados por Particular.....	164
4.3.3 Análise Crítica: um Necessário Retorno ao Sistema Penal	169
CONCLUSÕES	175
REFERÊNCIAS	189
ÍNDICE ALFABÉTICO	201